

GRITO DE LIBERDADE: A RESISTÊNCIA NOS RASTROS DA HISTÓRIA – UMA TENTATIVA DE COMPREENDER O HIP HOP

Mateus de Sá Barreto Barros

Resumo

O presente artigo tem a pretensão de explicar o surgimento do Hip Hop, sob uma perspectiva ainda não explorada, levando em consideração elementos forjados nas plantações de cana-de-açúcar em solo americano – as formas de resistência; a língua e uma maneira própria de fazer uso da linguagem; a música e os componentes estéticos que a compõem. É certo que a esses elementos, somam-se os fatores político, cultural e religioso que não eram encontradas de maneira separada no período escravista e que o Hip Hop, resgata com presteza em suas ações comunitárias.

Palavras-chave: Resistência; Liberdade; Hip Hop.

Abstract

This article purports to explain the Hip Hop appearing under a unexplored perspective, taking into consideration forged elements in the sugar cane plantations on American soil - resistance forms; the language itself and a specific way to make use of it; the music and aesthetic components that comprise. And it is true that to these elements, add to political, cultural and religious factors that were not possible to encounter of separated way during slavery period and the Hip Hop, rescues with readiness in their communitarian actions.

Keywords: Resistance; Liberty; Hip Hop.

Introdução

É demasiado sabido que as resistências foram e são instrumentos utilizados por populações oprimidas, com o intuito de demonstrar sua humanidade. É certo que, apesar de essa humanidade ser negada, de maneira constante – tanto no período escravista quanto no pós-abolição – havia momentos que os opressores eram e são obrigados a reconhecer a humanidade daqueles que oprimiam e oprimem. Contudo, esse reconhecimento não se torna um mecanismo capaz de promover mudanças sociais profundas, o que faz com que, tanto as formas de opressão quanto as formas de resistência, se assemelhem no tempo, embora diferencie no espaço, devido a fatores particulares, mas nada que mude a estrutura das ações.

Esse trabalho, originalmente, conta com três itens a mais, que servem de introdução para os três itens aqui apresentados. Os itens suprimidos foram: cenário político; resistência no campo; e resistência no espaço urbano. Esses itens tratam da resistência escrava, principalmente nos séculos XVIII e XIX. No entanto, como o período escravista e as revoltas escravas são bastante trabalhadas e muito conhecidas dos historiadores, não haveria, nessa perspectiva, nada de muito novo a ser tratado. Por isso, preferiu-se iniciar a partir do quarto item do texto original, entendendo que não compromete em absoluto o entendimento do leitor, nem mesmo prejudica o objetivo do presente capítulo, que é compreender o surgimento do *Hip Hop* como forma de resistência.

Período pós-emancipação, garantia de liberdade?

Após a abolição da Jamaica, em 1838, não diferentemente do que ocorreu em outros lugares da América, surgiram inúmeras leis que impediam o trabalho dos recém-libertos. Tais leis objetivavam retirar o poder de barganha dos libertos e, sobretudo, favorecer as elites sociais, permitindo, desse modo, a existência de instrumentos coercitivos muito semelhantes à escravidão, na perspectiva de dar continuidade

ao sistema escravista. Na Jamaica, foram, de acordo com Mintz¹, cobrados impostos dos homens libertados, além de os senhores e os administradores articularem a importação de trabalhadores indianos sob contrato. Desse modo, os libertos perderam suas parcelas de terra de onde podiam produzir tanto para consumo próprio como para vender seus excedentes. Essas parcelas eram reconhecidas, em muitas colônias da América, como um direito consuetudinário no período escravista. O escravo que possuía uma parcela poderia deixar para seus amigos ou familiares².

Se, no período escravista, o escravo que conseguia, tanto por meio de acordo quanto por ganho próprio, comprar a manumissão, não significava possuir a liberdade por completo; no período pós-emancipação não foi diferente. No período escravista, isso ocorria porque o liberto era socialmente reconhecido, tanto pelas elites sociais quanto por crioulos e africanos, como escravos. Além disso, havia medidas que impediam a mobilidade do liberto. É o caso, por exemplo, da província de Pernambuco, em 1828, quando o presidente tornou obrigatório o uso de passaporte para os libertos que quisessem transitar sem problemas. Esse documento especificava um roteiro, por onde o escravo iria passar, e uma data, especificando o fim da movimentação do liberto³. No período pós-emancipação, foram muitas as medidas elaboradas para permanecer, ou ao menos, manter as semelhanças que possuíam no sistema escravista.

¹ “... [O]s artificios legislativos desenvolvidos para manter a terra fora do alcance dos homens libertos da Guiana; os chamados ‘sistemas de aprendizagem’ utilizados para imobilizar a mão-de-obra ostensivamente, enquanto os trabalhadores aprendiam a ser livres; a importação de javaneses para Suriname: verdadeiramente, a lista das ‘soluções’ diversas para o ‘problema da mão-de-obra’ típico do período pós-abolição no Caribe desafia a imaginação e paralisa o senso ético e de honestidade do leitor”. (p.131) Ver MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação Proletário?” In: MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar: Produtores Escravizados, Consumidores Proletarizados*. Recife: EDUFPE, 2003.

² Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês? O Protocamponato Negro nas Américas: Democracia Racial? 1888-1988*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³ Ver CARVALHO, Marcus J.M de. *Liberdade: Rotinas Rupturas do Escravismo*. Recife, 1822-1850. Recife: EDUFPE, 1998.

Por certo, esses fatores são determinantes para compreender a situação do negro, não só no Brasil como na América. Pois, esses fatores foram utilizados como instrumentos inibidores para a ascensão dos negros nas sociedades americanas. Isso fez com que a Jamaica, após cem anos da emancipação, tivesse um quadro muito semelhante, senão idêntico ao da escravidão. Tal característica levou à imigração de muitos jovens jamaicanos para os Estados Unidos, na década de 1960.

Mintz, como já mencionado contribuiu com demasiada presteza, com seus estudos na região do Caribe, pois as relações sociais nas plantações, seja caribenha seja nordestina, tinham muito em comum, ao menos no que diz respeito ao caráter estrutural da escravidão. Se assumirmos essa assertiva como sendo verdadeira, podemos dizer que o contrário também é verdadeiro. Os estudos sobre sociedades açucareiras, sobretudo nordestina, podem revelar aspectos que podem ter sido semelhantes e decisivos nas plantações americanas no período pós-emancipação.

É possível se afirmar isso, a partir do trabalho da professora Christine Dabat, em especial quando trata da “Morada’ na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre”, dois “irmãos de classe”⁴. Esses dois autores contribuíram para a construção da “paisagem intelectual da história do Nordeste” – afirma Dabat – “cuja sombra atingiu todos os escritos posteriores”⁵.

Esses autores, principalmente, o romancista José Lins do Rego, devido à possibilidade difusora de seus livros, a partir da exigência da leitura nos currículos escolares (“o primeiro romance, *Menino de Engenho*, contava 50 edições em 2001”⁶), propagaram uma ideia da paisagem “da sociedade canavieira”, representante da “memória coletiva de

⁴ De acordo com a autora “A ‘morada’, isto é, as relações de trabalho vigentes nos canaviais de Pernambuco na lenta passagem da escravidão à proletarização”. DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho. Relações de Trabalho e Condições de Vida dos Trabalhadores Rurais na Zona Canavieira de Pernambuco, Segundo a Literatura, a Academia e os próprios Atores Sociais*. Recife: EDUFPE, 2007, p. 131.

⁵ Idem, p. 134.

⁶ Idem, p.135.

toda região”⁷. A desconstrução, devido a uma análise minuciosa realizada pela autora, possibilita um outro olhar sobre a “morada”.

No período pós-emancipação, a situação do liberto não mudou em absoluto. Além das leis que surgiram para coibir o trabalho do liberto, exigindo um período de qualificação para aprender a ser livre, a sua condição material – sem trabalho, sem terra para o roçado e, sobretudo, sem capital financeiro – fez com que a liberdade consistisse “apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprouvesse”⁸.

A troca de senhor consistia, na maior parte dos casos, na troca de sua mão-de-obra por moradia. Ou, mesmo quando não trocava de senhor, a permanência se dava sobre tais condições⁹. O controle de um grande número de pessoas, em um farto espaço, sobre um longo tempo, concedia ao senhor um certo poder que era associado à onipresença divina, no qual nada se passava na plantação e na política que ele próprio não tivesse conhecimento, tendo direito, inclusive sobre vida e morte dos trabalhadores¹⁰.

Essa condição semelhante à escravidão, ou igual por completo e em todos os níveis, fez com que os “*insubordinados*” se deslocassem para os centros urbanos à procura de melhores condições de trabalho. Isso se deu no momento em que, o urbano passou a ser propagado como marco civilizatório, o que possibilitou a invisibilidade social das relações estabelecidas nas plantações e o distanciamento, ou cisão-metabólica, numa concepção *marxiana*, entre o urbano e o rural, ao menos teoricamente.

⁷ Idem, p. 133. É importante lembrar que a professora Christine Dabat utiliza literatura como material histórico, sobretudo, quando este revela, ainda que de maneira subliminar, as relações nada paternalistas/patriarcalistas, encontrando vestígios do darwinismo social, justificador da permanência da situação, statu quo, do liberto na sociedade.

⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. [1963] citado por DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho...* Op. Cit., p. 82.

⁹ “A precariedade da situação dos trabalhadores rurais era extrema. Embora fossem citadas famílias que permaneceram no engenho por mais três ou mais gerações (após a abolição), a condição para isso era a rejeição absoluta ao senhor de engenho”. DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho...* Op. cit., p. 175.

¹⁰ Idem.

No entanto, o poder conferido ao senhor, extrapolava e extrapola os limites geográficos, devido a sua força e influência política que conseguiu protelar o reconhecimento do trabalho rural até 1963, no caso do Brasil, quando criado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), vinte anos após da institucionalização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regia as relações de trabalho no espaço urbano. Esses fatores são estendidos ao espaço urbano, principalmente, devido à mobilidade do capital desses senhores e o consequente investimento e invenção do urbano. É, muito embora essa não tenham assumido a mesma característica, as relações de força estariam presentes entre os que inventavam o urbano e os que procuravam/procuram ter acesso a ele.

Esse período de invenção do urbano, enquanto marco civilizatório, coincide com os novos parâmetros sociais, marcados pela ideia de desenvolvimento. Teve como princípio a produção tecnológica (e essa como sendo, reconhecidamente, o conhecimento, a ciência) o que restabeleceu os vínculos coloniais, contrapondo aquela com a sabedoria popular, exoterismo etc.

Esses aspectos reconfiguraram a divisão territorial e social internacional do trabalho, promovendo uma hierarquização do trabalho, com base no conhecimento que desqualificou, decisivamente, o trabalho dos pobres periféricos e, sobretudo rural. Ambos foram marcados por uma ideia científica eugenista, instrumento utilizado de maneira decisiva para delinear a participação daqueles na sociedade. Desse modo, os significados expressados na cor da pele, sem dúvida, permaneceriam. As hierarquias de cor e a identificação do negro enquanto bárbaro, próximo à natureza, portanto, selvagem, o símbolo do primitivismo em uma sociedade moderna, não seriam subtraídos. Pelo contrário, a marginalização de uma determinada sociedade, ou ao menos de um povo, é uma forma de identificar os novos bárbaros na história¹¹.

¹¹ ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la historia americana*. Mexico: Fundo de cultura economica, 1978 e ZEA, Leopoldo. *Discurso desde a marginalização a barbárie; seguido de A filosofia latino-*

Desse modo, além da importação de mão-de-obra chinesa, houve a italiana, entre outras. Reconhece-se ainda a permanência das relações sociais nas plantações, a influência dos senhores na política e o uso de seu capital na formação do urbano. Muitos foram os estigmas escravocratas que permaneciam: a identificação do negro enquanto “vagabundo” foi o mais comum ocorrido não apenas neste país, mas em toda América. É importante também lembrar que a libertação no Brasil ocorreu cinquenta anos após a emancipação jamaicana.

Essas ideias eugênicas tiveram como meio difusor principal a literatura, entre os estudantes das classes médias e altas e até mesmo os de escolas públicas. Sugere-se, nesse contexto, que essa não foi uma característica unicamente brasileira, visto que a literatura é um instrumento europeu, podendo, assim, ter sido utilizado em outros países da América. Na Jamaica, Lady Nugent¹² foi uma das pessoas que escreveram durante o período escravista e que, por certo, influenciou uma parcela importante da população, principalmente os descendentes ingleses. Um outro instrumento de difusão dos eugenismos foi a academia, que teve maior influência entre os intelectuais e administradores do espaço público. Essas questões possibilitam que se visualize a reconfiguração das técnicas de enquadramento, principalmente as relacionadas à opressão e ao controle, mesmo havendo uma produção de novas tecnologias.

Contudo, é importante frisar que no Brasil a discriminação não está relacionada apenas à cor, ou a uma etnia específica. Há uma discriminação presente, quando a raça soma-se a um outro fator,

americana como filosofia pura e simplesmente. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

¹² “É extraordinário observar o efeito imediato do clima e do estilo de vida deste país nas mente e nas maneiras dos europeus, particularmente os de extração inferior. Nas camadas superiores, eles se tornam indolentes e inativos, negligentes com tudo o que não seja comer, beber e se regalar, e ficam quase inteiramente dominados por suas favoritas mulatas. Nas camadas inferiores dá-se a mesma coisa, com o acréscimo da presunção e da tirania [...] o linguajar crioulo não se restringe aos negros. Muitas das senhoras não educadas na Inglaterra falam uma espécie de inglês rudimentar, com um arrastar indolente das palavras que é muito cansativo, se não repugnante”. Lady Nugent. Apud. MINTZ, Sidney W & PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: Uma Perspectiva Antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas/UCAM, 2003, p. 54.

igualmente importante – numa perspectiva de compartilhamento de laços sociais e culturais – que é a classe. Não há uma discriminação em relação ao negro que está nas elites sociais e, conseqüentemente, compartilham de mesmas regras de sociabilidade e cultura, vivenciam os mesmos espaços (escolas), moram nos mesmos locais (condomínios), e trabalham dividindo os mesmos cargos de trabalho, mas, sobretudo, ao pobre. E como a maior parte dos pobres são negros, essas duas categorias se encontram, muito frequentemente, associadas ao lugar de morada desses, a favela¹³.

No período escravista, principalmente no que diz respeito aos séculos XVIII e XIX, os estigmas racistas estavam associados aos escravos, de um modo geral, pois nesse período já havia ocorrido muito miscigenação. Contudo, no período pós-emancipação, houve uma propagação da ideia de que o negro, era o representante maior da escravidão, e a cor da pele fez com que o estigma fosse muito bem associado e logo adotado como parte da memória coletiva.

É importante dizer isso, pois, em seu trabalho, Ianni procura mostrar a distância com que os brancos, ainda que morando em um mesmo bairro que os negros, em Florianópolis – mas pode ser perfeitamente estendido a uma parte do território brasileiro – procuram manter uma certa distância dos negros, pois os consideram desordeiros, sem costumes, sem educação etc. É certo que a pesquisa realizada é datada de 1955, mas não significa dizer que mudou; não por completo. Há uma diferença importante que os moradores da periferia fazem do seu lugar. Nos morros recifenses, é muito comum aqueles que moram na parte de baixo do morro não se considerarem favelados, ou se referirem aos que moram acima, como sendo uma classe distinta. Esses traços de sociabilidade estão muito bem gravados num percurso histórico. Desse modo, o estudo realizado por Octavio Ianni é muito importante, sobretudo, no que concerne à existência de uma questão estruturante na sociedade brasileira, que ainda não conseguiu solucionar seus problemas, associados ao período escravista.

¹³ Ver IANNI, Octavio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Como uma forma de procurar reverter o quadro dessa situação, em 1931, surge a Frente Negra. Essa frente tinha um estatuto político e tinha atuação em diversas áreas, inclusive voltadas para o desporto e preparação militar. A partir da formação desse e o consequente reconhecimento por parte da sociedade, foi que o negro começou a ter acesso ao mercado de trabalho. A carteira do partido era, reconhecidamente, o documento que comprovava a honestidade do negro¹⁴.

No entanto, o partido se dissolveu com a ditadura do Estado Novo e não voltou à atividade posteriormente. Após quase quarenta anos, 18 de junho de 1978, surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU). Este, por sua vez, tinha certos impasses entre dois setores, o “culturalista” e o “político”. Luiz Alberto, operário da PETROBRÁS e militante do MNU – entrevistado por Jônatas C. Da Silva¹⁵ - disse que “o setor artístico não compreendeu a articulação que deve existir entre a cultura e a política e vice-versa. Na verdade, ninguém na época entendia”. Nesse contexto, percebe-se que houve um esquecimento que os negros escravizados utilizavam os materiais culturais e religiosos para um determinado fim político, seja como um fator de reconhecimento de sua humanidade, seja como resistência no cotidiano ou como grandes revoltas.

Diz-se isso para visualizar o aspecto político das ditaduras no Brasil que, devido à constância e à duração, talvez tenha, ao menos ideologicamente, surtido efeito desmobilizador maior que a própria escravidão. Não se deseja afirmar, em sentido algum, que, se não fosse isso, o hip hop teria nascido aqui e não alhures; tampouco que a escravidão não foi opressora. Quer-se mostrar apenas que as condições políticas e sociais vivenciadas na Jamaica possibilitaram, em primeiro lugar, o não distanciamento de três aspectos importantes, quais

¹⁴ BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: Depoimentos*. São Paulo: Quilombohoje, 1998. Depoimento de Francisco Lucrecio.

¹⁵ SILVA, Jônatas C. da. “História de Lutas Negras: Memórias do Surgimento do Movimento Negro na Bahia. In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Brasília: Brasiliense, 1988, p. 285.

sejam: o político, o cultural e o religioso – como um fator estruturante das manifestações negras, além de sua identidade africana.

As mudanças legislativas, no final do século XIX e início do século XX, não significam, em absoluto, que houve mudanças práticas, nem na Jamaica nem mesmo no Brasil. Além disso, as formas de opressão tornaram-se, em certo sentido, mais rebuscadas. A qualificação para o trabalho, comprovada pela aquisição de um diploma, melhor se concedido por boas universidades, substitui, de certa maneira, os títulos de nobreza concedidos pelo Estado¹⁶. Qualifica-se, dessa forma, quem está preparado para assumir determinados postos de trabalho e, conseqüentemente, desqualificam-se os que não têm acesso a eles. Se, em um momento, obrigou-se a trabalhar compulsoriamente, agora se obriga a qualificação para o trabalho. Por parte do Estado isso é, em amplo sentido, positivo, pois há uma divisão territorial social/natural do trabalho, com base na suposta desqualificação. Desse modo, quanto maior for o excedente de mão-de-obra disponível para um trabalho “desqualificado”, mais barato esse trabalho será e maior o lucro que será obtido com ele¹⁷.

À luz da hegemônica força que perpassa a sociedade, a questão étnica e de uma superação delicada e pessoal, curiosamente nessa circunstância subsume o indivíduo e fica o grupo étnico na análise. Dessa forma, reconhecidamente são pouco contabilizados os casos de ascensão de negros, inclusive se destacar isso em si, já é um reconhecimento de que a questão não foi superada.

¹⁶ Para Pierre Bourdieu “Todo o racismo é um essencialismo e o racismo da inteligência é a forma de sociodicéia característica de uma classe dominante cujo poder assenta em parte na posse de títulos que, como os títulos escolares, são considerados garantias de inteligência e que tomaram o lugar, em muitas sociedades, e no que se refere ao próprio acesso às posições de poder econômico, dos títulos de propriedade e os títulos de nobreza[...] A classificação escolar é uma classificação social eufemizada, portanto naturalizada, absolutizada, uma classificação social que sofreu já uma censura, e portanto uma alquimia, uma transmutação tendendo a transformar as diferenças de classe em diferenças de ‘inteligência’, de ‘dom’, quer dizer em diferenças de natureza”. “O Racismo da Inteligência”. In: *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003, pp. 278-9.

¹⁷ HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

É claro que, além da aquisição do diploma e um suposto letramento, a linguagem foi um grande fator de discriminação por parte das elites sociais. Primeiramente, a divisão feita entre letrados e iletrados marca diferenças tão claras na sociedade que demarcam, praticamente, uma diferença entre espécies¹⁸. Por consequência, tudo que venha a ser cantado em uma linguagem, dita desprivilegiada, não se é ouvido ou não se é considerado como sendo música¹⁹.

Uma breve consideração sobre Linguagem

A linguagem, referindo-se de maneira particular ao uso da língua nas manifestações, inclusive o *hip hop*, é uma questão muito importante a ser analisada, como se referiu o professor Adjair Alves²⁰. O seu uso determina, sobretudo, um posicionamento político, baseado na vivência dos *hoppers*, que reflete uma dada realidade no espaço. Morar num mesmo bairro e vivenciar os mesmos espaços não significa dizer que compartilham uma mesma realidade.

No entanto, antes mesmo de tratar-se dos usos da língua como posicionamento político, faz-se necessário abordar a influência da língua africana. Pois se está procurando tratar de uma manifestação cultural que possui elementos criados pelos escravos nas plantações e trazidos por eles do continente africano. Esses elementos, como se

¹⁸ SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o Parque Humano: Uma Resposta à Carta de Heidegger sobre o Humanismo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

¹⁹ É nesse sentido que Bourdieu traz as suas contribuições, afirmando o seguinte: [...] não há nada que, tanto como os gostos em matéria de música, permita afirmar a 'classe' de cada um, nada também que tão infalivelmente o classifique. Mas a exibição da cultura musical é uma exibição cultural como as outras. A música é [...] a mais espiritualista das artes do espírito e o amor da música é uma garantia de 'espiritualidade' [...] Ser 'insensível à música' é uma forma especialmente inencontrável da barbárie: a 'elite' e as 'massas', a alma e o corpo [...]. BOURDIEU, Pierre. "A Origem e a Evolução das Espécies de Melómanos". In: *Questões de Sociologia*. Op. Cit., pp. 163-64.

²⁰ ALVES, Adjair. *O Rap é uma Guerra e eu sou o Gladiador: um estudo etnográfico sobre as práticas sociais dos jovens hoppers e suas representações sobre a violência e a criminalidade*. Recife: UFPE, Tese de doutorado em Antropologia, 2009.

procurou mostrar, eram e são formas de resistir à escravidão e que tomaram outros significados com o tempo, mas está associado a uma demanda social, seja pelo reconhecimento da cultura, seja utilizando essa para manifestar seus anseios e a opressão vivenciada no cotidiano.

Foram muitos os elementos culturais e religiosos trazidos, criados e recriados: deidades, comidas, danças, roupas, entre outros. Muitos dos quais passaram a fazer parte do cotidiano, ainda que despercebidamente, como os pratos típicos e as manifestações culturais, ainda que não haja um reconhecimento social de quem os criou. Isso, de certo modo, promove uma certa incompreensão por parte dos que assistem a esse fato.

A língua foi um desses elementos trazidos e recriados. Afinal, do século XVI ao século XIX, o tráfico transatlântico trouxe uma média de cinco milhões de falantes de línguas africanas que foram trazidos de duas grandes regiões: “a região banto, situada ao longo da extensão sul da linha do equador, e a região oeste-africana ou sudanesa, que abrange territórios que vão do Senegal à Nigéria”²¹.

Levar em consideração as línguas africanas no processo de construção da língua portuguesa no Brasil é, para Castro “ter a atuação do negro-africano como personagem falante no desenrolar dos acontecimentos”²². A autora sugere que para explicar tal fato, seria necessário compreender a questão socioeconômica. O que se procurou fazer até o momento; além da natureza linguística que favoreceu; de algum modo, o avanço do componente africano.

²¹ “A região banto compreende um grupo de 500 línguas muito semelhantes, que são faladas na África sub-equatorial. Entre elas, as de maior número de falantes no Brasil foram três línguas angolanas: quicongo, também falada no Congo, quimbundo e umbundo. Das línguas a oeste-africanas ou sudanesas, seus principais representantes no Brasil foram os povos do grupo ewe-fon provenientes de Gana, Togo e Benin, apelidados pelo tráfico de minas ou jejes, e os iorubás da Nigéria e do Reino de Queto (Keto), estes últimos na vizinha República do Benin, onde são chamados de nagô”. CASTRO, Yeda Pessoa de. *Das Línguas Africanas ao Português Brasileiro*. Disponível em www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=214. Acesso em 13 de setembro de 2011. Ver também. *A influência de Línguas Africanas no Português Brasileiro e Dimensão dos aportes Africanos no Brasil*. Op. cit.

²² Idem, p. 2.

De acordo com a autora, algumas foram as questões que contribuíram para a expansão do elemento africano no português do Brasil: o grande número de escravos que por três séculos foi maior que o número de portugueses e outros europeus; b) a figura da mulher, a mãe-preta/ama de leite, no seio da família colonial; c) os escravos ladinos, “aqueles que, aprendendo rudimentos de português, podiam falar a um número maior de ouvintes, e influenciá-los, resultando daí por adaptarem uma língua à outra e estimularem” - continua Castro - “a difusão de certos fenômenos linguísticos entre os não bilíngues”²³; acrescenta-se mais um; d) o tráfico interprovincial que possibilitou a difusão desses elementos, tornando-os presentes na maior parte do território brasileiro. Aragão²⁴, por seu turno, afirma que é pouco provável que as palavras africanas sejam apenas regionais. Para a autora, essas estão presentes em todo o país.

Esse processo de interação entre as línguas africanas e o português antigo está relacionado a fatores sócio-histórico e culturais. Mas, o que provavelmente mais contribuiu foi a semelhança da estrutura linguística presentes nessas línguas²⁵. No caso particular do Brasil, devido as reformas pombalinas e sua consequente política glotocida – matadora de língua²⁶ - os escravos não conseguiram criar, ou mesmo, dar

²³ Idem, p. 1.

²⁴ No entanto, “as influências fonético-fonológicas e lexicais das línguas africanas no português do Brasil levam-nos a falar não em influências diatópicas ou regionais, mas em influências diastrásticas ou sociais. Ou seja, são falares das classes não alfabetizadas ou semi-alfabetizadas que sofreram maior influência fonético-fonológica e léxica das línguas africanas [...]”. ARAGÃO, Maria do Socorro da Silva. “A Presença Africana nos Falares Nordestinos”. In: *Confluência*. Rio de Janeiro: Instituto de Língua Portuguesa. Segundo semestre de 1996, n. 12, pp. 87-100.

²⁵ “Essa semelhança estrutural provavelmente precipitou o desenvolvimento interno da língua portuguesa e possibilitou a continuidade da pronúncia vocalizada do português antigo na modalidade brasileira (onde as vogais átonas também são pronunciadas), afastando-a, portanto, do português de Portugal, de pronúncia muito consonantal [...] Nesse processo, o negro banto, pela antiguidade, volume populacional e amplitude territorial alcançada pela sua presença humana no Brasil colônia, ele, como outros adquiriu o principal agente transformador da língua e foi seu difusor pelo território brasileiro sob regime colonial e escravista. CASTRO, Yeda Pessoa de. *Das Línguas Africanas ao Português Brasileiro*. Op. cit., pp. 3-4.

²⁶ ARAGÃO, Maria do Socorro da Silva. *A Presença Africana nos Falares Nordestinos*. Op. cit.

continuidade a um sistema linguístico crioulo. Todavia, conseguiram, de maneira sublime, influenciar, decisivamente, a língua portuguesa no Brasil²⁷.

Os muitos dialetos falados em todo o Brasil, nas zonas rurais, em quilombos e alguns centros urbanos, demonstram, em certo sentido, a não total eficiência das reformas e a resistência de determinados povos em um determinado espaço. Mas, funcionou decisivamente para a maior parte da sociedade, principalmente, para as elites sociais. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a língua portuguesa popular é um elemento importante a ser compreendido como um processo sócio-histórico e não com base em parâmetros da gramática normativa, representante maior de um racismo/eugenismo científico²⁸. Este por sua vez, desqualifica, sobremaneira, o uso que as classes populares fazem da língua. Além disso, não reconhece os elementos africanos na língua portuguesa do Brasil, que a fez permanecer parecida com o português antigo, tomando um rumo, completamente diferente do português de Portugal.

Nessa perspectiva, Barros (2007), afirma que, apesar de essas duas línguas (Português de Europeu e Português Brasileiro), serem consideradas uma só, “São diferentes, pois se marcam por se

²⁷ Como se está falando da influência das línguas africanas no português do Brasil, não se quer dizer, em absoluto, que as línguas indígenas não influenciaram essa língua. Pelo contrário, as línguas indígenas, são matrizes “pré-existentes e mais localizada no Brasil”, como afirma Castro. Contudo, concentrar-se-á, ainda que de maneira breve, na influência africana, visto que o presente trabalho procura tratar de uma manifestação cultural e movimento social, eminentemente afro-americano. Entenda-se americano não como referindo-se apenas a um país em particular, mas em termos de continente.

²⁸ A Professora Christine Dabat, em seu trabalho, demonstra como a língua foi utilizada de forma decisiva para o reconhecimento de uma racionalidade, sobretudo, humanidade. Demonstra isso a partir das obras de José Lins do Rego, em uma passagem que o autor descreve uma “trabalhadora, antiga escrava” africana, mais precisamente de “Moçambique”. “Os traços que singularizavam ‘essa velha africana’ eram altamente negativos. Primeiro, ‘[e]la não sabia falar, articulava uma meia língua’. Uma ‘meia língua’, como existisse tal idioma, a não ser na ideia subjacente de que a pessoa não fosse inteira, completa, ou completamente. Ora, falava sim. Não falava o português completamente [...] A ideia é de uma incapacidade estrutural, um atraso pessoal, mas que, associado ao fato de ela ser ‘africana’, poderia ser entendido do ponto de vista eugênico”. DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho...* Op. cit., p. 179.

historicizarem distintamente em suas relações com a história de seus países”. Desse modo, essas línguas “produzem discursos distintos, significam diferentemente, filiam-se, portanto, a discursividades distintas”. A imposição de uma homogeneidade, tem, por fim, um único objetivo: produzir “o silenciamento das vozes do povo, principalmente, os pertencente às classes populares”²⁹.

Eduardo Guimarães³⁰, em seu breve artigo, ao tratar sobre o processo sócio-histórico da língua portuguesa no Brasil, mostra, de maneira precisa, como as relações de poder estabelecidas pelo Estado foram demasiadamente decisivas para o reconhecimento de uma língua e o consequente silenciamento de outras. Pois, ao se depararem com línguas de imigrantes, além das línguas locais, ou ao menos existentes já há algum tempo no Brasil (africanas e indígenas), fazem com que o Estado brasileiro reconheça as línguas europeias como línguas de estado, ou seja, civilizada, em contraposição às línguas das nações étnicas indígenas e africanas. Esse foi o mesmo princípio utilizado em relação à religião, uma vez que era permitida a prática religiosa das populações advindas dos Estados Nacionais europeus, ao passo que proibia as manifestações religiosas das populações advindas de Estados Étnicos africanos³¹.

A língua é, desse modo, uma das principais representantes dos jogos de poder que se instituíram na sociedade. É a condição material, sobrevivente no curso da história “universal”, um dos elementos de poder que conferem a determinadas classes e grupos sociais o *status* de humanos, em relação aos demais falantes. Falantes de uma língua débil, ou “*uma meia língua*”, incapazes de apreender uma língua eminentemente humana, sendo, por excelência, bárbaro³².

²⁹ BARROS, Maria Emília. *As Marcas da Polifonia na Produção Escrita de Estudantes de Universitários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Tese doutorado em Linguística), 2007, p. 22.

³⁰ GUIMARÃES, Eduardo. “A Língua Portuguesa no Brasil”. In: *Línguas do Brasil, Ciência e Cultura*. Revista da SBPC. Ano 57. n° 2. Abril – Junho, 2005, pp. 24–28.

³¹ Ver REIS, João José; e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³² Para Zea, bárbaro é uma palavra onomatopaica que o latim traduz como balbus, o que balbucia. De certo modo, não faz sentido que se balbucie uma língua que lhe é própria. Nesse

Nessa perspectiva, a língua portuguesa em circulação no Brasil é um elemento norteador para a compreensão das relações sociais estabelecidas e as manifestações culturais, uma vez que a oralidade é o material constitutivo dessas culturas. A oralidade, por seu turno, influencia as expressões corporais e o conjunto estético para o desfecho da cultura. Para a música não é diferente.

A importância da música

*Não é nada novo declarar que para nós a música, o gesto e a dança são formas de comunicação, com a mesma importância que o dom do discurso. Foi assim inicialmente que conseguimos emergir da **plantation**: a forma estética em nossas culturas deve ser moldada a partir dessas estruturas orais.*³³

A música, na concepção de Bourdieu, é a arte “pura” por excelência. Situa-se, por assim dizer, para além das palavras, pois não diz absolutamente nada e nada tem a dizer. Para Bourdieu, a música, exceto algumas raras expressões recentes, “[...] representa a forma mais radical, mais absoluta da denegação do mundo e especialmente do mundo social em que toda a forma de arte realiza”³⁴. É certo que o autor está se reportando à música clássica, erudita. Em sua concepção, é a aversão dos estilos de vida diferentes, a mais forte barreira entre as classes. E, sem dúvida, a música seria o material mais aguçado dessas diferenças.

A música trazida, criada e recriada pelos escravos nas plantações são diferentes da que Bourdieu menciona, pois combinado a outros fatores como a expressão do corpo, ela ultrapassa o limite da língua. “O poder e significado da música no âmbito do Atlântico negro têm crescido em proporção inversa ao limitado poder da língua”³⁵.

sentido, bárbaro seria aquele que não fala uma língua oficial de um dado lugar, como o grego, o inglês, o português. Nessa perspectiva, o bárbaro será sinônimo de selvagem, inculto. Ver ZEA, Leopoldo. *Desde o Discurso da Marginalização a Barbárie*. Op. cit.

³³ GLISSANT, Edouard. Apud. GILROY, Paul. *Atlântico Negro*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p.162.

³⁴ Idem, p.164.

³⁵ GILROY, Paul. *Atlântico Negro*. Op. cit., p. 160.

Esses fatores diferenciam-se completamente de uma cultura literária europeia e sua centralidade no texto. Se a música nada dizia é porque poderia ser dito no texto e qualquer sensação prazerosa, ou sentimentos envolvendo a raiva, ódio e amor, deveria ser mantida sob o extremo rigor do corpo. Nada poderia ser dito. Seria, desse modo, a exemplificação máxima da domesticação e da ação da mente sobre o corpo. Todas as sensações podem apenas ser compartilhadas entre o escrito e o leitor. É certo que essas descrições condizem com as elites sociais e não as classes populares europeias.

Essas classes populares tanto influenciaram como foram influenciadas pelos escravos. A plantação seria o grande mediador disso, principalmente na região do Caribe e os estados estadunidenses, sob influência francesa. Contudo, os documentos levam a crer que essas relações se deram mais frequentemente no espaço urbano. No Caribe, por sua vez, devido à mista mão-de-obra (por contrato, escravos e libertos), tendo a presença do trabalho europeu, possibilitaram-se essas influências em via dupla.

Arrisca-se ainda dizer que a influência de classes populares europeias se deu entre as colônias que eram administradas por países europeus que possuíam colônias no próprio continente europeu. Por exemplo, a Inglaterra anexou a Irlanda a seu território, estabelecendo relações coloniais muito semelhantes, inclusive, comparando os irlandeses a animais³⁶. O mais comum, ou o esperado, seria que pessoas desses países viessem a trabalhar como escravos nas plantações caribenhas. É nesse sentido que Mintz menciona o fato de que irlandeses

³⁶ “Na década de 1650, um capitão no regimento do general Ireton contou de que modo, quando uma guarnição irlandesa foi destruída em Cashel, no ano de 1647, os vencedores encontraram entre os mortos ‘vários que tinham caudas de quase vinte centímetros’; e, quando se duvidou da história, quarenta soldados apresentaram-se para testemunhar, sob juramento, que as tinham visto pessoalmente [...] Uma vez percebidas como bestas, as pessoas eram passíveis de serem tratadas como tais. A ética da dominação humana removia os animais da esfera de preocupação do homem. Mas também legitimava os maus-tratos àqueles que supostamente vivia uma condição animal”. THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude frente às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. pp. 50-3.

eram vendidos como escravos nas feiras³⁷. Como efeito, não é, de modo algum, inesperado que realmente houvesse influências, pois tanto os EUA quanto a Jamaica estavam sob administração inglesa, ainda que o Estado da Louisiana tivesse uma certa presença de franceses.

Mas também não se pode excluir, de modo algum, a existência de classes populares europeias (trabalho por contrato/escravo) nas plantações e no espaço urbano, sem estar vinculada à situação exposta acima. A interação dessas duas classes, por vezes, dava-se, devido às condições de trabalho muito semelhantes, o que Mintz chamou de escravidão indireta, já supramencionado. Além dessa intervenção havia a dos filhos de senhores com escravas, o que denominava uma outra relação, mas que, no momento pós-emancipação, não houve diferença alguma no tratamento³⁸, pois as leis estatais não dependiam unicamente do poder do senhor.

A música seria, sobretudo, vital, no contexto da plantação, “no momento em que a indeterminação/polifonia linguística e semântica surge em meio à prolongada batalha entre senhores e escravos”³⁹. Talvez a mais expressiva característica dessas expressões tenha sido a *antifonia* (chamado/canto e resposta). Desde o *jazz* ao repente, ou mesmo aos jogos de capoeira em que o golpe é sempre a resposta à ação do outro. Essa pode ter sido, de algum modo, a característica principal expressada de modos diferentes, tendo uma presença quase completa nas Américas e, muito provavelmente, é um elemento africano⁴⁰.

Hobsbawm, ao analisar a história social do *jazz*, percebe que não há nenhum limite preciso entre esse estilo musical e os tipos anteriores de música que o fizeram emergir. Talvez porque o sincretismo sempre foi uma característica presente na cultura escrava nas plantações, embora sempre fossem mais sofisticados que essas. Uma das características

³⁷ MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar*. Op. cit.

³⁸ Ver HOBBSAWM, Eric. *A História Social do Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³⁹ GILROY, Paul. *Atlântico Negro*. Op. cit., p. 160.

⁴⁰ A antifonia “passou a ser vista como uma ponte para outros modos de expressão cultural, fornecendo, juntamente com a improvisação, montagem e dramaturgia, as chaves hermenêuticas para o sortimento completo de práticas artísticas negras”. Gilroy. p. 167.

do jazz “é o uso de escalas originárias da África ocidental” - afirma o autor - “ou da mistura de escalas ditas europeias e africanas; ou ainda da combinação de escalas africanas com harmonias europeias”⁴¹.

O *ritmo* é o elemento em que o jazz se apoia. Em assim sendo, o compositor é o coadjuvante, enquanto o papel principal é desempenhado pelo arranjador. Isso faz com que os repertórios de jazz sejam muito reduzidos, dando ênfase ao improviso (canto e resposta), tanto cantada quanto instrumental, visto que os instrumentos se baseiam nas vozes, nos e sentimentos de um povo e, conseqüentemente, na situação vivida por esse⁴². Uma das maiores críticas feitas por Gilroy⁴³ ao *hip hop*, com certa razão, é a preocupação que esse estilo musical tem em agradar uma indústria cultural, abandonando os elementos centrais de sua existência.

Contudo, apesar de sua crítica contundente, não se pode esquecer elementos de rua do *hip hop*, não os apenas relacionados a expressões corporais e estéticas, mas ao *rap* (rythm and poetry) *free style*, que tem a *antifonia* como característica central. Não que isso venha a ser um fator em defesa de uma característica africana em um estilo musical, negando, nessa perspectiva, o processo dinâmico em que se dá a cultura. No entanto, não se pode negar tal fato, pois a negação leva, necessariamente, a uma hierarquização dos elementos culturais de um mesmo estilo musical, um tanto quanto “*marginalizado*”.

Hobsbawm, em seu interessante trabalho, percebe que os elementos africanos, principalmente os da África Ocidental que sobreviveram à sociedade escravocrata, tiveram maior eco e respaldo no Haiti e Louisiana, principalmente dos donos de escravos católicos. Pois, como esses não estavam preocupados em salvar a alma⁴⁴ de seus escravos, toleravam e até mesmo encorajavam um certo paganismo

⁴¹ HOBBSAWM, Eric. *A História Social do Jazz*. Op. cit., p. 42.

⁴² Ibidem.

⁴³ GILROY, Paul. *Atlântico Negro*. Op. cit.

⁴⁴ É importante frisar que essa é a concepção de Hobsbawm, que não necessariamente é a verdadeira. Ou, ao menos, pode estar relacionada apenas aos EUA. Essa ideia pode levar a crer que a escravidão sob domínio católico tenha sido tão doce quanto o açúcar. Como já vimos anteriormente, essa observação do autor, não condiz com a realidade brasileira.

com certo toque de cristianismo. As características principais dos africanismos, além da antifonia, como já mencionado foram a escala pentatônica comum, os timbres e inflexões da voz que, por sua vez, estenderam-se a todos os instrumentos.

“As danças de vodu ao som de tambores, oficialmente aceitas, em Congo Square, Nova Orleans, não pereceram até meados de 1880”⁴⁵. Mas a música trazida pelos escravos se fundiu muito rapidamente com os componentes europeus e o *jazz* “é o resultado dessa fusão”⁴⁶. Na Martinica, inclusive, onde as condições culturais e opressoras eram semelhantes, desenvolveu-se uma mescla musical muito semelhante⁴⁷.

É importante, nessa perspectiva, compreender os elementos centrais da cultura afro-americana e onde elas foram forçadas. Mesmo que esses elementos remontem a outros significados, identificam, no mínimo, um embate cultural entre classes. Principalmente nos Estados Unidos, onde foi forjada uma indústria cultural branca, empenhada em imitar os negros. No Brasil não houve uma indústria propriamente dita, ao menos não declaradamente. Mas houve expressões culturais que se propuseram elitista em seu nascimento, como o caso da Bossa Nova, muito embora, a união de Baden Powell e Vinícios de Moraes, procurassem anular, ou reduzir essa proposta inicial, denominou-se de afro-samba e não de afro-bossa ou bossa afro-brasileira.

Os elementos culturais do ex-escravo estadunidense foram

⁴⁵ HOBBSBAWM, Eric. *A História Social do Jazz*. Op. cit., p. 52.

⁴⁶ “O jazz surgiu no ponto de intersecção de três tradições culturais europeias: a espanhola, a francesa e a anglo-saxã. Cada uma delas produziu um tipo de fusão musical afro-americana característica: latino-americana, a caribenha e a francesa [...] A tradição francesa é muito mais importante, principalmente por ter sido completamente assimilada pela classe especial de escravos libertos que crescia em Nova Orleans: os gens de couleur ou créoles de ascendência francesa [...] Os créoles, por sua vez, o levaram para os negros de classes inferiores quando, nos anos 1880, o aumento da segregação os privou de sua posição privilegiada.” Idem, p. 53.

⁴⁷ Hobsbawm afirma ainda que o “fator que contribuiu mais do que qualquer outro para o desenvolvimento forte e resistente da música folclórica em uma sociedade capitalista foi a sua não inundação por padrões culturais das classes superiores”. Idem, p. 55.

ganhando elementos identitários com o fim da escravidão e a consequente segregação racial que acabara de vez o pouco privilégio que tinham os crioulos, livres e libertos nas plantações, promovendo, desse modo, uma unidade⁴⁸. Esta permitiu a apropriação de elementos centrais para o forjar outros elementos culturais, possibilitando, sobretudo, outros sincretismos.

Isso foi o que ocorreu com o *hip hop*, pois, além das influências do próprio *jazz* (que já era uma interseção de vários elementos culturais), teve participação decisiva com a imigração dos jovens jamaicanos para os EUA, devido às condições de trabalho impostas. Isso não distanciava as realidades das plantações em relação àquele momento preciso da história jamaicana.

De fato, havia um elemento que articulava as situações na Jamaica e nos EUA, a racialidade, que havia sido norteadora da formação e invenção cartográfica do planeta e que, por consequência, influenciou as relações sociais no período escravista e mesmo posterior a ele. A proliferação das discussões sobre as condições de trabalho, ou oferta deste, além de garantias de direitos, era comum aos dois.

De um lado, na Jamaica, utilizavam dos *soud systems* (equipes de som em que havia vários componentes, entre eles os DJ's e os *Toasters*). Esses eram animadores e utilizavam uma espécie de rima, o *toasting*. Essa rima era expressa a partir de um canto falado, elucidando questões como a violência nas favelas, a situação política daquele país, além de falar sobre temas que, até então, eram polêmicos, como sexo e drogas. Os *Toasters* são os antepassados diretos dos Mestres de Cerimônia (MC's). Mas "parecem ter sido os griot, contadores de história que carregavam na memória a tradição das tribos africanas"⁴⁹.

⁴⁸ Não se entende aqui, unidade como homogeneidade. A unidade é a ideia de pertencimento a um grupo, classe e/ou raça.

⁴⁹ "Essa tradição poética é recuperada por volta da década de 1970 e apropriada pelos movimentos culturais que estavam em desenvolvimento nos guetos americanos. Recitando poemas sobre bases percussivas com influências do jazz [...]". ALVES, Adjair. *O Rap é uma Guerra e eu sou o Gladiador*. Op. cit., pp. 68-9. Em essa tradição ressurgindo na década de 1970, faz crer que, realmente, pode ter sido influenciado pelos jamaicanos. Pois, como bem lembra

Por outro lado, os EUA estavam passando por um momento conturbado, em que os “*marginalizados*” dos guetos lutavam por fazer valer suas propostas e, sobretudo, o reconhecimento dos direitos humanos. Desse modo, como em outros períodos da história afro-americana, “a cultura se constituía um instrumento essencial na luta, numa sociedade que procurava, por todos os meios, negar a identidade do povo negro escravizado”, afirma Alves. “Reconhecer sua identidade, suas origens e sua luta constituíam o primeiro ato para a libertação”⁵⁰.

Um outro elemento político que possibilitou sincretismos entre os elementos culturais jamaicanos e estadunidense (*afro-estadunidense*) foi o encontro desses no espaço urbano, a luta literal por espaço. Em muitos casos, essas lutas se davam entre os próprios *afro-estadunidenses*, ou desses com os “latinos” de diversas nacionalidades. A luta era um instrumento de visibilidade, apesar de negativo, mas refletiu positivamente nas expressões corporais como o *break*, um dos elementos do *hip hop*. Essas expressões sempre estiveram presentes nas plantações, tal como afirmou Eduard Glissant. De um modo muito peculiar, os elementos culturais foram levados das plantações para a cidade, em nível consciente ou não, mas foi devido às condições semelhantes encontradas nesses espaços.

Não é nenhum devaneio afirmar isso. Pois, partindo do trabalho de Hobsbawm, em relação ao *jazz*, ele próprio afirma que as condições entre o Estado da Louisiana e a ilha da Martinica eram semelhantes: colônias francesas; no caso de Louisiana, apenas parcialmente francesa. Esta tinha uma preferência por escravos advindos do Daomé. Ou seja, havia um grande contingente populacional, advindo de um único lugar, o que possibilitou a transposição de materiais culturais puros, facilitou também a socialização, principalmente, devido à língua, o

Hobsbawm, africanismo puro, nos EUA, só existiu em Louisiana. Isso possibilita a adoção de africanismos de outros lugares, ou, mesmo a fusão desses africanismos, devido à mobilidade dos negros em território estadunidense, colaborando não apenas politicamente, mas, sobretudo, no intercâmbio de elementos culturais.

⁵⁰ Ver Idem, p. 67.

que ajudou a (re)criar elementos culturais que devido às condições opressivas; tão próximas, culminando em um elemento cultural, nesse caso, musical, muito próximos.

Nos EUA, a situação (o gueto) entre as etnias era o fator principal que os unia. Uma outra semelhança era a condição de trabalho – ou não trabalho devido à racialização, fortemente presente nos EUA. Isso culminou em várias agressões a *afro-estadunidenses* e “latinos”, principalmente jovens. O sincretismo entre elas foi a consequência, possibilitando encontrar materiais culturais *afro-estadunidense*, dos “latinos” e dos jamaicanos. Os “latinos”, de acordo com Alves⁵¹, contribuíram mais decisivamente com o *break*.

Sabe-se ainda que um elemento cultural tem tendência a proliferar quando encontra eco. Ou seja, quando há uma identificação de condições sociais e opressivas semelhantes. Nesse contexto, o Brasil não teve como ficar ausente. A periferia brasileira apresenta semelhanças muito fortes. A adoção do *hip hop* como instrumento político dos pobres da periferia, em sua maioria negra, foi, em certo sentido, uma resposta à suposta ideia de uma democracia racial no país.

O elemento que possibilitou a maior difusão do *hip hop*, ao menos em seu princípio, foi o político. Isso talvez responderia por que outras manifestações culturais não tiveram tamanha repercussão e alcance em quase todo o território do planeta. Isso faz com que o *hip hop* seja um dos mais expressivos Movimentos Sociais Juvenis.

A influência da mudança do Kool DJ Herc para o South Bronx⁵², bairro de Nova York, na década de 1960 foi imprescindível para começar a realizar eventos, utilizando o mesmo formato das festas jamaicanas, os *Block Parties*, inspirados nos DJ's jamaicanos. Kool Herc recitava versos

⁵¹ Ibidem.

⁵² “[A] cultura hip hop foi fruto mais da fecunda cruzada das culturas vernaculares afro-americanas com seus equivalentes caribenhos do que do florescimento pleno formado pelas entranhas do blues. O catalizador imediato para o seu desenvolvimento foi a relocação de Clive ‘Kool DJ Herc’ Campbell de Kingston para a rua 168 no Bronx. A dinâmica sincrética foi ainda complicada por uma contribuição claramente hispânica e uma apropriação do break dance que ajudaram a definir o estilo em seus estágios iniciais”. GILROY, Paul. *Atlântico Negro*. Op. cit., p. 211.

improvisados sobre versões Dub (espécie de remixagem artesanal) de seus Reggaes prediletos. E, revivendo os *griots* africanos, os DJ's jamaicanos mandavam mensagens políticas e espirituais enquanto tocavam as músicas prediletas do seu público. Devido, à forte influência do *Jazz*, do *Soul*, do *Funk*, entre outros estilos musicais, nos EUA, o DJ teve que readaptar seu estilo, utilizando, como base dos seus versos, as partes instrumentais desses estilos populares.

Evidentemente que, como qualquer outra experiência afro-americana, ao se expandir, o *hip hop* não se cristalizou em seu formato estadunidense. No Brasil, por exemplo, o *hip hop* se firmou primeiro em São Paulo, mas foi levado por um pernambucano, um sertanejo de Triunfo. Este, por sinal, até hoje, não por acaso, tem o encontro Rap e Rep, o Rap e o Repente. A embolada foi, desse modo, o fio condutor das rimas cantadas no Brasil. Percebe-se, nesse contexto, o encontro do *hip hop* com outros elementos culturais trazidos tantos por europeus quanto por escravos de diversas partes da África que, por seu turno, possuíam diferenças particulares, desde o ponto de vista religioso, cultural e linguístico (embora muito semelhantes, em alguns aspectos diferentes). Esses materiais culturais foram adotados pelos *hoppers* na formação do *hip hop* no país.

No entanto, não somente o aspecto político e cultural sempre estiveram presentes no *hip hop*, buscando melhorias na qualidade de vida do negro que, por sua vez, tem consciência dos processos históricos que lhe acobertou, trazendo grandes consequências até o presente momento. O cristianismo que outrora foi utilizado como instrumento civilizador no *hip hop* ganha um novo contexto, englobando a solidariedade. Nesse contexto, percebe-se que os três fatores (o político, o cultural e o religioso) unem-se novamente. É ampliada, assim, a sua participação na sociedade com base nos cinco elementos do *hip hop*, quais sejam: o rap (rythm and poetry), o *break* (a dança), o grafite, o DJ e o conhecimento. Esse último é tido como um dos mais importantes, mas é válido ressaltar que o conhecimento não necessariamente está relacionado com o conhecimento científico, mas com o conhecimento comunitário, o que pode ser aprendido com a comunidade e o que pode ser solucionado na comunidade.

Considerações Finais

Embora haja distinções, usos e elementos diferenciados, utilizados no *Hip Hop* tanto entre as regiões brasileiras quanto em diferentes países no mundo, há um laço que aproxima os *hoppers* – as condições sociais as quais estão submetidos. Nesse contexto, o *Hip Hop*, além de ser um instrumento reivindicatório desde o seu princípio, é também o instrumento encontrado, pelas populações periféricas de todo o mundo, para contar sua história, sobretudo, sua história cotidiana: a dinâmica do bairro; a história de amigos e entes queridos que se envolveram ou foram vítimas da criminalidade; a relação com a polícia; a ausência do Estado; corrupção; etc.

Esse uso do *Hip Hop*, talvez seja, o de maior valor, cultural e político, encontrado pelos *hoppers*. Uma vez que, a periferia não possui lugar na história oficial da formação das cidades. São esquecidas. O esquecimento proposital, enquanto posicionamento da política elaborada pelo Estado, possui intuitos claros. Mignolo⁵³ e Zea⁵⁴, diriam que negar a história de uma dada sociedade, seria negar sua própria humanidade.

A periferia existe enquanto dados estatísticos responsáveis pelo retrocesso da sociedade global, sem ter em perspectiva, os traços estruturais da produção da pobreza, presentes desde o início da formação dos Estados. Talvez por isso, o *Hip Hop* tenha sido um real incômodo e, devido aos fatores aqui levantados – musicalidade, raça e língua – é posto dentre os mais baixos padrões hierárquicos, forjados por uma elite e, por isso mesmo, primitivizado e criminalizado.

Recebido em: 04/02/2012

Aceito em: 22/04/2012

⁵³ Walter Mignolo. *The Idea of Latin America*. Malden (MA-USA): BLACKWELL PUBLISHING, 2008.

⁵⁴ Ver Zea. *Desde o Discurso da Marginalização a Barbárie e Filosofia de La Historia Americana*.